



## Das origens do interesse filosófico de Hegel sobre a história

Pedro Geraldo Aparecido Novelli

Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 17525-900, Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: [pnovelli@marilia.unesp.br](mailto:pnovelli@marilia.unesp.br)

**RESUMO.** A história é um aspecto extremamente importante no sistema filosófico de Hegel. Isso se evidencia nos textos da sua juventude, porém as origens do interesse do filósofo estariam unicamente ligadas às grandes obras? Essa é a questão que se procura aqui considerar, apresentando a tese de que Hegel teria se interessado pelo tema da história já em sua tenra juventude. Nesse sentido, podem ser tomados seus primeiros escritos enquanto estudante no Ginásio de Stuttgart, como, por exemplo, seu Diário e algumas resenhas elaboradas pelo jovem ginásiano. Não se afirma aqui que já nesse período Hegel teria uma compreensão sistemática da história, mas que seu contato com o tema em questão estava presente em sua gama de interesses. O jovem revela em seus primeiros escritos, ainda que de caráter apócrifo como desejam alguns intérpretes, atenção especial aos acontecimentos de seu tempo, tomando-os enquanto resultado da atividade humana intencional. Evidencia-se que sua formação inicial foi fortemente marcada pelo viés histórico, o que ele permite reconhecer em seu discurso de formatura ao enfatizar os benefícios de uma educação para o mundo. Ele mesmo se vê no processo histórico e se compreende, assim como seus contemporâneos, marcado pelo ser de seu tempo.

**Palavras-chave:** relatos, compreender, pensamento, Hegel, história.

### The origins of Hegel's philosophical interest in History

**ABSTRACT.** History is an extremely important aspect in Hegel's philosophical system. Although this is clear in his mature texts, one may ask whether the origins of such interest would be restricted to them only. Current paper deals with the question whether Hegel was already interested in history in his early years. His texts at the time of the Gymnasium in Stuttgart, such as his Diary and some of the reviews written by the young student, may be considered as his early works, which is not to say that at that moment Hegel would have already had a good idea of the systematic characteristics of history. History, however, belonged to the roll of interests of the young Hegel. The young Hegel reveals in his early writings, even if some interpreters consider those texts apocryphal, a special attention to contemporary events, considering them as the result of intended human activity. His initial education and thought formation were strongly marked by the history bias, when in his speech on graduation day in Stuttgart he stressed the benefits of education for the world. He sees himself and his contemporaries within the historical process and characterized by the being of his time.

**Keywords:** reports, understanding, thought, Hegel, history.

### Introdução

A consideração da história pode ser tomada como um sinônimo da filosofia de Hegel, pois ele sempre se manteve atento aos acontecimentos de sua e de outras épocas durante toda a sua vida, e isso se confirma em toda a extensão de seu sistema filosófico. A história é entendida por Hegel como atividade essencialmente humana e se trata do palco no qual o pensar aparece associado ao ser, e tal associação é marcada pela identidade. A atividade humana na história se dá no que os homens têm pensado, feito e desejado. Portanto, trata-se do que resulta da ação humana, que não pode, desse modo, atribuir a responsabilidade dos acontecimentos a

alguém ou algo mais que não ele mesmo. Essa perspectiva se confirma nas denominadas obras da maturidade, como a *Fenomenologia do Espírito*, a *Ciência da Lógica* (2005, 1988) e *As Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* (2010) somente para citar algumas delas.

De certo modo, talvez seja adequado dizer que não há filosofia que não considere a história, pois esta fala aos homens, sobre os homens e pelos homens. No caso de Hegel, isso não somente é correto, mas ainda pode ser dito necessário porque ele considera a história explicitamente ao longo de sua obra. Além disso, sua filosofia pretende ser mais do que um discurso sobre os homens, aos homens e pelos homens, mas o próprio discurso humano no

qual a história é a filosofia e esta, por sua vez, é a história. Nesse sentido, a história não pode ser senão filosoficamente compreendida e a filosofia, no que lhe cabe, não pode se realizar senão historicamente.

Uma tal compreensão também possui raízes históricas no próprio Hegel, que é, em suas palavras, ‘filho de seu tempo’. Assim, uma filosofia que prega a consideração da história precisa ser historicamente considerada e isso atinge obrigatoriamente seu autor. Por isso, o interesse do presente texto é a determinação das motivações que levaram Hegel a se posicionar em relação à história de forma tão distintiva. Para tanto, o caminho a ser percorrido remeterá ao processo de formação do pensador que remonta aos seus anos escolares primeiros, isto é, ao período no Ginásio de Stuttgart, dedicando atenção especial ao seu ‘Diário’ e ao discurso proferido pelo então jovem, por ocasião de sua formatura. Além desses textos, far-se-á menção a outros textos do período citado e que se caracterizam como trabalhos escolares. Apresenta-se aqui também um texto referente aos anos de atividade de Hegel como professor particular na cidade de Berna. Com os textos dos períodos mencionados, o que se busca é mostrar as influências sobre o processo formativo educacional de Hegel que teriam contribuído para despertar e construir o interesse pela história e fazer desta sua permanente ocupação filosófica.

### O período de Stuttgart

No dia 26 de junho de 1785, Hegel contava com 14 anos e 10 meses e, nesse dia, anota em seu *Diário* (HEGEL, 1989) que teria ouvido a pregação do senhor Rieger, que se caracterizava pela postura pietista e defesa da ortodoxia. A fala desse senhor nesse dia teria sido precedida pela leitura da Confissão de Augsburg sobre a qual o Hegel maduro faria menção em um discurso de 1830 (HEGEL, 1958), como reitor da Universidade de Berlim. Nesse discurso, o Hegel maduro refere-se precisamente à relação entre a religião e a política. Continuando suas anotações do dia em seu ‘Diário’, o jovem Hegel menciona que seu conhecimento histórico teria recebido mais do que apenas uma lembrança sobre a citada Confissão de Augsburg, a Reforma de Württemberg em 1535 e o Tratado de Praga que oficializou a religião protestante. Ele menciona também que a denominação ‘protestante’ resulta da reação ao Decreto Imperial de Speier no ano de 1529. Ele finaliza o relato desse dia com uma pequena confusão, pois ao mencionar a data da morte de Lutero, ele a associa à prisão de Johann, o sábio, por Carlos V; porém, na verdade, deveria ter

mencionado Frederico, o sábio, que foi também protetor de Lutero.

Não é muito comum que filósofos mantenham diários, mas não se trata de algo excepcional, bastando citar as *Confissões* de Santo Agostinho. Contudo, o que distingue notoriamente o ‘Diário’ de Hegel é o fato de que seu autor não aparece em momento algum como personagem principal. O texto identificado como diário não possui alterações ou partes faltantes que caracterizem uma retirada posterior de manifestações mais pessoais e se trata também do único material disponível, ou seja, não há indícios de um outro texto ou continuação que possua as características de um diário referente ao mesmo período. Há um outro diário de Hegel, porém relacionado ao período de Berna e sobre um passeio realizado com alguns amigos aos Alpes suíços<sup>1</sup>. Nem mesmo a morte da mãe que o afetou profundamente faz com que ele se exponha nesse texto. Há motivos e explicações para tanto, talvez pela grande influência do pietismo da época, mas o que interessa aqui é que esse descaso por si tem como contrapartida uma atenção permanente e acurada sobre tudo o que acontece à sua volta, no seu tempo. Aliás, a denominação atribuída pela edição crítica às anotações do jovem Hegel como sendo a composição de um diário não encontra respaldo no texto, pois este não foi intitulado pelo seu autor como um diário. Mesmo assim, o que se tem aí são as anotações quase<sup>2</sup> que diárias de um ginasião que, de certa forma, realiza o que seus contemporâneos, praticamente em toda a Europa, teriam feito, ou seja, o esforço de lembrar e relembrar os acontecimentos em um período marcado por uma intensa mudança no quadro dos acontecimentos. Mas os relatos do jovem Hegel não são o exercício de um relator de fatos acumulados, como ele mesmo caracterizaria a consideração da história em suas *Lições sobre a Filosofia da História Universal* (HEGEL, 1999b). Ele se manifesta sobre os eventos anotados e os situa em relação ao espírito de seu tempo. Estamos aqui falando de um jovem de quase 15 anos cujo interesse pela história se dá formalmente, entremeando o conteúdo mundial com o local. É claro que não se pode dizer que, nesse momento, nosso futuro filósofo já trabalhava na organização e preparação de sua compreensão histórica, mas com toda certeza se pode e se deve afirmar que seu processo de formação educacional foi momento determinante em seu interesse pela história. Deve-se também atentar para o fato de que

<sup>1</sup> A fonte desse outro diário é a biografia de Hegel escrita por Rosensweig (2008) e pode também ser confirmada nas correspondências de Hegel.

<sup>2</sup> Há uma interrupção de alguns meses no texto das anotações, possivelmente motivada por uma doença e acúmulo de trabalhos escolares.

a redação de um diário não fazia parte das exigências pedagógicas do Ginásio de Stuttgart. Portanto, foi uma iniciativa do nosso jovem ginasião, que aproveitou tal expediente para também praticar o latim, pois a redação do 'Diário' é feita parte em alemão e parte em latim. Os fatos relatados também indicam que sua importância residia na expressão da vida de um povo e não necessariamente pela sua inserção no rol dos eventos históricos marcantes. Ao se referir à participação em uma celebração eucarística numa igreja católica, ele louva a pregação do sacerdote comparada às pregações dos pastores, porém vê a cerimônia católica como um todo de forma entediante. Desse modo, importava a pertinência para a localidade, e não somente porque esta fazia parte de uma totalidade que ultrapassava seus limites locais e regionais. O jovem Hegel não deixava de participar da vida de seu povo e ele mesmo experimenta quão significativo algo possa ser para si e seus contemporâneos.

À iniciativa pessoal de seu diário devem se juntar as exigências escolares que também motivaram nosso jovem no interesse pela história. Exemplo disso é seu texto de 30 de maio de 1785, apresentado à disciplina de latim intitulado 'Conversação a três'. O texto foi avaliado pelo seu professor com as seguintes palavras: "Seu conhecimento sobre o triunvirato é evidente e você expressa muito bem as características dessa relação" (HEGEL, 1989, p. 456, tradução nossa)<sup>3</sup>. O referido texto foi apresentado por Rosenkranz em seu *Hegels Leben* e não há como saber exatamente a precisão do biógrafo, pois nota-se que o texto passa por uma certa preparação para sua posterior inserção nos relatos sobre a vida de Hegel. O mesmo texto é também apresentado por Hoffmeister (DOKUMENTE..., 1936), que se pergunta se tal escrito faria por merecer alguma atenção especial, pois o sistema filosófico hegeliano somente começa a adquirir corpo a partir dos anos de Jena. No entanto, o próprio Hoffmeister reconhece que os textos da juventude hegeliana, mesmo os mais recentes, permitem recuperar o processo formativo do pensador sob a perspectiva histórico-filosófica. O texto em questão é caracterizado pela construção de um argumento escolástico sobre a história romana, que reúne para uma conversa os membros do segundo triunvirato (43 a.C.), ou seja, Antonio (82-30 a.C.), que se caracteriza pela ambição pelo poder; Otaviano (63-14 a.C.), que posteriormente se tornaria o imperador Augusto, marcado por um profundo senso de liberdade; e Lépido (90-12 a.C.), negativamente

apresentado como alguém inapto. Hegel não opera nesse escrito uma nova construção das relações políticas nesse período da história romana. Ele procura ser fiel ao fato historicamente consagrado, mas não deixa de proporcionar elementos de sua leitura, pois segundo as palavras de seu professor, ele compreendeu muito bem o significado do tema do triunvirato, assim como capturou a ideia subjacente aos eventos descritos. Nesse sentido, evidencia-se, por exemplo, que Antonio é identificado com o momento do executivo, Otávio com o legislativo e Lépido com a determinação formal. Qual aspecto deve predominar no Estado? Essa parece ser uma das questões que parecem brotar do relato ou da construção textual feita pelo jovem estudante. A resposta sugerida indica que Otávio parece ter a lucidez de não desconsiderar a ocupação do posto de Antonio e de não prescindir de uma figura como Lépido. A perspectiva de Antonio suscita o questionamento sobre a concentração do poder, e Lépido se deixa conduzir pelo que é e está formalmente estabelecido, situando esta determinação diante daqueles que historicamente o estabeleceram. Aqui pode-se inferir, segundo a descrição operada pelo jovem Hegel, que o perigo se encontra na formalidade legal que negligencia a justiça, pois se separa de sua fundamentação e sustentação histórica. Otávio parece descobrir a liberdade enquanto uma efetivação em meio à ordem existente e não somente desejada. A liberdade aparece já em curso e não somente como um projeto. Nesse sentido, concordam Antonio, Otávio e Lépido, na medida em que reconhecem a necessidade de afastar todos os opositores de forma drástica, visto que seus planos não se apartam do que, de certa forma, já é uma realidade. Pode-se muito bem perceber a tríade dialética estabelecida entre as três personagens, situando a subjetividade na pessoa de Antonio, que estabelece um plano de ação; a objetividade na figura de Lépido, que ao executar o plano estabelecido operará sua efetivação segundo sua apreensão, a qual, aliás, desperta a preocupação de Antonio; e Otávio, por sua vez, poderia muito bem representar a suprassunção ou o momento do absoluto, curiosamente encerrando o texto da conversação e operando aí a avaliação tanto de Antonio quanto de Lépido, suprassumindo-os na sua pessoa. Essas considerações não se encontram explicitadas no texto do jovem Hegel e não há indícios claros e inequívocos que corroborariam para tanto, mas o que é evidente é o cuidado com o qual o autor do manuscrito procura capturar os laços que reúnem os articuladores em questão. Ele deixa bastante claro que a relação considerada envolve interesses nem sempre explicitados, mesmo entre os

<sup>3</sup> "Scite omnino et convenienter historiae Romane expressisti characteres hujus triumviratus, stilumque jungis commentationi et adcuracione et facilitate commendabilem" (HEGEL, 1989, p. 456).

envolvidos. Este tem sido o comportamento dos homens ao longo de sua história, que resulta do que eles mesmos fazem. Não é possível que uma leitura atentamente realizada e que resulta em um cuidadoso pequeno escrito não tenha marcado seu autor e contribuído para que ele viesse a se iniciar na compreensão e na importância do fazer histórico.

No dia 25 de setembro de 1788, o jovem Hegel participa da cerimônia de sua formatura no Ginásio de Stuttgart e é escolhido como um dos oradores cujo discurso deve considerar o Estado turco, a importância da educação e o elogio aos professores<sup>4</sup>. A edição crítica indica que, segundo o semanário *Schwäbische Chronik* em seu número 118 de 1 de outubro de 1788, a cerimônia de encerramento do ano letivo, com a aprovação dos alunos indicados para prosseguirem seus estudos no nível superior, teria ocorrido no dia 25 de setembro de 1788. Em sua frase de abertura do discurso, Hegel deixa antever a direção de seu interesse. “Tão grande é a influência da educação sobre o grande bem de um Estado” (HEGEL, 1989, p. 49). Para Hegel, é marcante a carência do Estado turco em relação a esse aspecto, levando o observador a se concentrar sobre a natureza nesse país, mas não sobre o caráter de seu povo porque não haveria o que recolher deste. Nas Lições sobre Filosofia da História Universal, o Hegel maduro será ainda mais ácido em sua crítica em relação à situação de povos, como a Índia, a China e a Turquia, principalmente pelo despotismo reinante, que não se sustenta por si só, mas também pela aceitação mediante a acomodação desses povos (HEGEL, 1999b). Esse estado de coisas serve para que Hegel faça com que se veja como se encontra sua querida Alemanha, pois aí as escolas, os centros de educação formal não são casualidades nem situações esporádicas. Mais ainda, a educação tem sido vista pelos líderes como uma necessidade, tanto que muitas são patrocinadas por eles. Seu discurso se dá exatamente em uma situação na qual esse quadro se confirma, pois a formatura representa o resultado de um longo processo de cuidadoso esmero por parte dos professores que entregam ao final à sociedade indivíduos diferentemente preparados. Tal preparação é a necessidade que um Estado tem de formar seus membros, que não serão outra coisa senão o próprio Estado.

Em dezembro de 1788, Hegel apresenta um pequeno texto – “Sobre algumas vantagens concedidas a nós pela leitura dos antigos clássicos gregos e romanos” (HEGEL, 1989, p. 37). O texto é datado de dezembro de 1788, porém se trata de

uma datação feita pelo próprio Hegel, não há como certificar-se. No dia 3 de dezembro, Hegel teria recebido seu bacharelado e é possível que o presente texto tenha alguma relação com alguma possível prova. Algumas correções aparecem ao longo do texto e é possível que tenham sido feitas pelos chamados ‘repetentes’, que teriam como tarefa a realização de reparos quando necessários<sup>5</sup>.

A riqueza de palavras dos antigos é, conforme afirma Hegel no texto apenas citado, considerável e captura a igual riqueza do mundo. Essa riqueza se desenvolveu, dando conta das modificações decorrentes das interações sociais. A apropriação dessas palavras em uma outra língua exige certamente o esforço paciente da adequação e da adaptação. Conceitos inexistentes na língua receptora foram aí instituídos e divulgados. Com isso, o mundo grego foi levado para outros mundos e operou-se uma unificação ainda não conhecida. O Hegel maduro se pronunciaria, nas suas Lições sobre a Filosofia da História Universal, sobre o encontro de mundos que, na marcha da razão do oriente ao ocidente, foram se supressumindo (HEGEL, 1999b). Outro aspecto fundante do interesse pela leitura dos clássicos, continua Hegel, é a historiografia dos povos antigos, por dois pontos: 1) pela vivacidade com a qual os relatos são apresentados, de modo que os personagens parecem ter vida própria, não tendo necessidade alguma de seus relatores e 2) pela caracterização da história como atividade humana ou dos feitos humanos. Nesse sentido, o Hegel maduro chegaria a ponto de afirmar, na Introdução às suas ‘Lições sobre a Filosofia da História Universal’ (HEGEL, 1999b), que se a história não fosse, Deus não seria, indicando a importância daquela pela qual e na qual o homem se reconhece no que faz. Na linha desse mesmo texto sobre os clássicos, em um pequeno fragmento sob o título *Nossa tradição*<sup>6</sup> de 1793, apresenta-se a seguinte afirmação: “O que um povo é aparece no seu cantar e o que sabe da história é principalmente o que outros povos fizeram [...]” (HEGEL, 1989, p. 89, tradução nossa).

### O período de Berna

Em um texto que, provavelmente, foi escrito na sua maior parte antes de 2 de novembro de 1795 e o restante em 29 de abril de 1796 intitulado “Man mag die widersprechendste Betrachtungen [...]” (HEGEL, 1989, p. 57), Hegel considera tanto o que ele entende como degradação da religião na

<sup>4</sup> Este pequeno texto tem como fonte a biografia de Hegel feita por Rosenkranz. A confirmação de que Hegel teria proferido um dos discursos na cerimônia de formatura também é atestada nos GW. I, p. 460).

<sup>5</sup> Die Zusammenstellung der Repetenten, die während der Studienzeit Hegels in Stift tätig waren, bei Martin Brecht und Jörg Sandberger: Hegels Begegnung mit der Theologie im Tübinger Stift. (HEGEL-STUDIEN, Bd 5, Bonn, 1969, 47-81).

<sup>6</sup> Trata-se de um pequeníssimo fragmento cujo título foi dado pela edição crítica contendo somente a frase acima citada.

positividade como também a relação entre a Igreja e o Estado. Deve-se notar que este é um tema de que ocupará nosso filósofo até seus últimos dias de vida em Berlin. Sua preocupação política aparece também aqui, na medida em que, à luz dos eventos recentes na vizinha França, ele se pergunta sobre o homem e o crente, e os direitos de um e de outro. A Igreja não pode, segundo o jovem Hegel, impor seus parâmetros ao Estado, pois este é mais universal do que ela. O Estado abriga as mais diferentes Igrejas, porém esta não abriga em si senão o que é conforme sua doutrina cuja unidade não contempla a multiplicidade de manifestações. Hegel defende nesse manuscrito que a tolerância e a paciência devem marcar a relação entre ambos, mas isso deve ser a característica primeira do Estado. Desse modo, o Estado pode estabelecer o mesmo para aqueles que nele se encontram. Uma Igreja, por exemplo, como é o caso, precisa de uma estrutura para as suas atividades. Em que medida uma Igreja pode ter sua propriedade no Estado depende necessariamente se o Estado abriga somente uma Igreja, pois esta não se dissociaria do Estado. Isso tudo pode se modificar com a presença de outras Igrejas, ou de uma só Igreja que não tenha como compromisso o aperfeiçoamento moral dos cidadãos. Basta lembrar, por exemplo, os cristãos no início do denominado cristianismo primitivo, que celebravam suas festas em casas particulares e, com o passar do tempo, obtiveram permissão para utilizar os templos pagãos, chegando até a apropriar-se deles. Os protestantes, por sua vez, fizeram o mesmo, nota nosso jovem pensador, com os católicos posteriormente. A separação entre Estado e Igreja, segue o escrito do jovem Hegel, pode ser claramente posta, porém isso não impedirá que convivam e coincidam em suas determinações. Em alguns casos, não será fácil distingui-los. Todo homem tem não somente o direito à própria preservação como também ao desenvolvimento de suas habilidades. Isso é o que os pais almejam para seus filhos, e o Estado também tem o interesse em formar cidadãos comprometidos. Nesse sentido, afirma Hegel que o Estado não obteve tanto sucesso nessa empreitada quando recebeu o auxílio da Igreja. Esta não teria outro interesse que não o de agregar mais cidadãos ao seus já existentes membros. Assim, o que a Igreja faz para o Estado faz também para si. A Igreja também pode desenvolver a liberdade nas crianças, pois estas devem escolher sua presença formal aí. A permanência nos quadros da Igreja depende de uma consciência cada vez maior, o que conduz a uma responsabilidade não menor. Aqui o jovem Hegel relaciona a assunção do real à necessária racionalidade desenvolvida e, conseqüentemente, à

liberdade. Portanto, se a razão e o entendimento são desenvolvidos, a liberdade não pode deixar de sê-lo. No entanto, os membros da Igreja deixaram de escolher seus dirigentes e ficaram, com isso, diminuídos em sua liberdade. O Estado não pode caminhar nessa direção, pois isso significaria, dentre outras coisas, identificar-se com a Igreja. Para o jovem Hegel, o Estado é uma condição e um meio para a Igreja e esta pode ser um meio para o Estado, porém não sua condição. A Igreja protestante, reconhece nosso jovem pensador, faz saber aos seus como ela se constitui e promove a sua confirmação por parte de seu membro na idade adulta. A Igreja católica também o faz na atualidade (Hegel, 1989, p. 62), mas o ponto é que o indivíduo pode participar ou não, aceitar ou não e aí referendar sua presença ou não, ou seja, não se trata de uma obrigatoriedade, conforme entende Hegel. No Estado, isso não pode ocorrer, pois fora do Estado, o indivíduo não pode ser senão um destituído e indeterminado. Hegel afirma em seu escrito que o Estado leva vantagem em relação à Igreja pela necessidade que seus membros têm de se adequar ao comportamento exigido. A Igreja afastou o homem de sua natureza primeira e até lhe tirou, em alguns momentos, a própria liberdade com o discurso da condenação final. O Estado teria suas cobranças feitas imediatamente, e a Igreja postergaria para uma outra vida cuja duração se distingue da vida no Estado pela eternidade.

Nesse período, é evidente o interesse de Hegel pela situação político-social da Suíça sobre a qual ele se debruça e resulta na tradução das *Lettres confidentielles de J.J. Cart* (HEGEL, 1999a)<sup>7</sup>. Além disso, Hegel não deixou de criticar e de denunciar abertamente o governo pelas intrigas na gestão do poder (ROSENSWEIG, 2008).

Em Berna, vários escritos do jovem Hegel remetem ao interesse pela vida em comum na sociedade e a política passa a se constituir em um elemento motivador de atenção aos acontecimentos históricos.

O interesse político de Hegel pela Suíça se explica pela estreita relação desta com a Suábia. Schwab, filósofo wolffiano, tinha sido preceptor em Vaud. O poeta Wieland desenvolveu atividades tanto em Zurick como em Berna; Fichte também foi preceptor em Zurick. Além disso, a Suíça era vista por muitos como o país da liberdade e esta já era algo extremamente caro para Hegel.

Nas *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* de 1821, Hegel conceitua a filosofia como o agarrar seu

<sup>7</sup> Muito embora esse texto apareça no período de Frankfurt, o tema tratado remete às questões do período de Berna.

tempo no pensamento<sup>8</sup>. Nas *Lições sobre a Filosofia da História Universal* (2008), ele afirma que o tempo da filosofia é o que aconteceu e o que acontece, ou seja, o passado e o presente, porém não o futuro porque a filosofia não faz profecias (HEGEL, 1999b). Por isso, a filosofia hegeliana não se caracteriza por meio do que deve ser feito nem se trata de uma preparação para o que poderá sobrevir. Os textos de juventude de Hegel são precisamente considerações sobre o que aconteceu e o que acontece, e o que aconteceu para ele é o que os homens fizeram, e o que acontece é o que os homens fazem. Nada mais simples e fácil, mas talvez precisamente por isso, também, nada mais complicado e exigente. Ater-se ao que é e pacientemente acompanhar seu desenvolvimento não parece ter sido outra coisa senão a ocupação hegeliana. A filosofia chega sempre atrasada (HEGEL, 2010), conforme ele escreve na sua *Filosofia do Direito*, mas não porque é refém do que acontece, e sim porque, na verdade, se dá ao mesmo tempo em que a história acontece, visto que o pensamento em sua atividade não é um pausar para somente em seguida entrar em cena. Antecipar-se à coisa, ao que acontece e poderá acontecer se dá pela aceitação do que é dito, pois aí cabe tudo e tudo é recebido. No entanto, não é o que a coisa será nem o que acontecerá, mas o que se espera e se quer que a coisa seja e o acontecer igualmente. Não sem razão, Hegel ao se manifestar sobre a proposta de Constituição de Wüttemberg, manifesta todo o seu desapontamento, dizendo que

Poder-se-ia dizer dos condados de Wüttemberg o que foi dito aos franceses após a derrocada de Napoleão: não esqueceram nada e nada aprenderam: eles parecem ter dormido nos últimos 25 anos, talvez os mais ricos que a história mundial já teve. (HEGEL, 1996, p. 507)

Como é possível que não se veja algo? Entenda-se aqui ver como compreender! Como é possível, então, não compreender? Como viver sem reconhecer o que foi vivido e o que se vive? Deve-se perdoar aqui a indagação maliciosa e talvez até desqualificável, mas pode-se filosofar de modo desvinculado da história? Filosofia que não considera a história ou que não é historicamente considerada é filosofia? Aliás, não raramente é indagado sobre aquele que se ocupa com a filosofia na atualidade, se for filosofia pura. Dever-se-ia responder: 'Pura não! *On the rocks!*' Os motivos para uma filosofia da história em Hegel remontam, como não poderia deixar de ser, à sua juventude, à sua história, mais ainda na maturidade, talvez porque os

jovens nunca sabem bem o que fazem, mas também porque a verdade somente aparece ao final. Os motivos foram e são o interesse pela vida dos homens e pela política. Nessa duplicidade de interesse, a suprassunção se dá na filosofia, que pensa a história, que é a vida e qual seria tal vida senão a vida dos homens?

### Considerações finais

Que os filósofos tenham sempre se preocupado com a política e a vida dos homens, aspectos que parecem, em sentido largo, sinônimos, não seria uma tese difícil de ser defendida porque, de certa forma, não há como evitar a consideração dos mesmos. No caso de Hegel, isso é ainda mais verdadeiro, na medida em que ele intencionalmente se detém sobre os aspectos acima citados e, além disso, insiste na necessidade de fazê-lo sobre o preço de reduzir a filosofia à consideração de noções vazias ou que se perdem na dissociação da metafísica com a realidade. O esforço hegeliano de superar a dicotomia entre o ser e o pensar por meio da suprassunção de um e de outro, num e noutro, já indicam que sua perspectiva é a da unidade que contempla a pluralidade. Se a dicotomia caracterizasse pela identidade entre ser e pensar, porém enquanto redução de um ao outro, o que, para Hegel, significa a permanência na unilateralidade, a superação da separação abissal entre ser e pensar somente é possível, conhecendo e aceitando a contradição que rege a relação entre eles. Segundo tal perspectiva, ser e pensar são e não são o que são sob o mesmo aspecto, o que remete à ideia de que ambos estão vindo-a-ser ou somente podem ser adequadamente compreendidos enquanto processo. No entanto, o processo que marca ser e pensar não é exclusividade nem de um nem de outro, mas se dá na e através da relação que eles travam um com o outro. É precisamente enquanto relacionáveis e necessariamente relacionados que ser e pensar podem ser identificados como tais. A relação que os faz é expressa no que está se fazendo e isso se traduz pela totalidade na qual tanto o ser quanto o pensar se manifestam como o que são. Ser e pensar relacionados constituem a totalidade de si mesmos. Na medida em que a totalidade se põe como processo, como um vir-a-ser, então a historicidade aparece como uma necessidade radical, visto que aí o ser e o pensar se realizam. É na história que ser e pensar são e não são. Estes não podem ser uma efetividade senão aí, ou seja, no que é pensado, feito e desejado. O ser se dá no que é e o pensar no que é

<sup>8</sup> "[...] so ist auch die Philosophie, ihre Zeit in Gedanken erfasst" (HEGEL, 2010, p. 15).

pensado, mas o ser também é no pensado e o pensado no que é, pois o ser é pensar e o pensar é ser. Deriva dessa compreensão a superação, aqui tomada somente como um ir além, de que não se tem duas histórias, ou uma profana e outra sagrada. A história é uma só, comportando em si a pluralidade de manifestações e de considerações sobre ela mesma. É na história, para Hegel, enquanto segunda e verdadeira natureza do homem, que este sabe de si e se faz, tendo em cada período histórico o máximo de consciência possível de si, na medida em que tem também dos outros.

A perspectiva histórica da filosofia hegeliana não é unicamente definida como uma escolha, mas também como a necessidade que se quer e que não se detém diante do temor de se perder ao se envolver no torvelinho dos acontecimentos porque isso tudo não é compreendido senão como a própria história da filosofia.

### Referências

- DOKUMENTE ZU HEGELS ENTWICKLUNG. Herausg. von Johannes Hoffmeister. Fr. Stuttgart: Frommanns Verlag, 1936.
- HEGEL STUDIEN. Herausg. von Friedhelm Nicolin und Otto Pöggeler. Hambrug: Felix Meiner Verlag, 1969.
- HEGEL, G. W. F. **Berliner Schriften**. 1818-1830. Heruasg. von Johannes Hoffmeister. Hamburg: Verlag von Felix Meiner, 1958.
- HEGEL. G. W. F. **Ciencia de la lógica**. Trad. de Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Hacette Ltda, 1988.
- HEGEL. G. W. F. **Gesammelte Werke. Frühe Schriften I**. Herausg. von Walter Jaeschke. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1989. (GW I).
- HEGEL. G. W. F. **Nürnberger und Heidelberger Schriften 180-1817**. Werke 4. Herausg. von Eva Moldenhauer und Karl Markus Michel. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996. (W 4).
- HEGEL, G. W. F. **Frühe Schriften**. Werke 1 Herausg. von Eva Moldenhauer und Karl Markus Michel. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999a. (W 1).
- HEGEL, G. W. F. **Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte**. Werke 12. Herausg. von Eva Moldenhauer und Karl Markus Michel. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999b. (W 12).
- HEGEL. G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Trad. de Paulo Meneses et al. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HEGEL, G. W. F. **Grundlinien der philosophie des rechts**. Herausg. von Klaus Grotzsch und Elisabeth Weisser-Lohmann. Band 14,1. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2010a. (Gesammelte Werke 14,1).
- HEGEL, G. W. F. **Linhas fundamentais da filosofia do direito ou direito natural e ciência do estado em compêndio**. Tradução Paulo Meneses et al. São Leopoldo: Unisinos, 2010b.
- ROSENZWEIG, F. **Hegel e o estado**. Tradução Ricardo Timm de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.

*Received on January 21, 2015.*

*Accepted on May 4, 2015.*

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.